



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB**  
**Departamento de Educação/Campus I**  
**Curso de Licenciatura em Pedagogia**

Carina Lopes Conceição

**A CONTAÇÃO DE HISTÓRIA COMO ESTRATÉGIA PEDAGÓGICA  
PARA DESPERTAR NOVOS LEITORES NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

SALVADOR  
2022



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB**  
**Departamento de Educação/Campus I**  
**Curso de Licenciatura em Pedagogia**

Carina Lopes Conceição

**A CONTAÇÃO DE HISTÓRIA COMO ESTRATÉGIA PEDAGÓGICA PARA  
DESPERTAR NOVOS LEITORES NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito obrigatório para obtenção do título de licenciada em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

Orientadora: Prof. Dra. Dídima Maria de Mello Andrade

SALVADOR  
2022

FICHA CATALOGRÁFICA  
SISTEMA DE BIBLIOTECA DA UNEB

C774c CONCEIÇÃO, Carina Lopes.

A contação de história como estratégia pedagógica para despertar novos leitores na educação infantil / Carina Lopes Conceição – Salvador, 2022.  
40 fls.

Orientadora: Dídima Maria de Mello Andrade

Inclui Referências

TCC (Graduação – Pedagogia) – Universidade do Estado da Bahia.  
Departamento de Educação, Campus I. 2022.

1.Incentivo à leitura. 2.Crianças - Livros e leitura. 3.Leitura.

CDD 372

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB

Departamento de Educação - Campus I  
Curso de Licenciatura em Pedagogia

FOLHA DE APROVAÇÃO

CARINA LOPES CONCEIÇÃO

**A CONTANTAÇÃO DE HISTÓRIA COMO ESTRATÉGIA PEDAGÓGICA PARA  
FORMAÇÃO DE LEITORES NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Pedagogia, do Departamento de Educação da Universidade do Estado da Bahia, Campus I, Salvador, em 7 de julho de 2022, como requisito obrigatório para a obtenção do título de Licenciada em Pedagogia, composta pela seguinte Banca Examinadora:

---

**Profa. Dra. Dídima Maria de Mello Andrade – Orientadora**  
Universidade do Estado da Bahia – UNEB

---

**Profa. Dra. Maria Raidalva Nery Barreto**  
Instituto de Tecnologia da Bahia – IFBA

---

**Profa. Ma. Claudia Urpia Rosa**  
Universidade do Estado da Bahia – UNEB /ELUFOTEC

Dedico esse trabalho a Deus e à minha família, em especial ao meu companheiro Leonardo, por compartilharem da minha trajetória acadêmica e da realização deste projeto, e à minha filha Sofia Lopes Santos.

## **AGRADECIMENTO**

A Deus, por conduzir minha vida e por ter me dado força nos momentos em que pensei em desistir. Muitos foram os desafios que tive que enfrentar, mas com perseverança e determinação, cheguei até aqui.

Ao meu companheiro, Leonardo Euler Laranjeira da Silva Santos, por ter me incentivado nos momentos mais duvidosos dessa trajetória. Obrigada por me inspirar para ser uma educadora comprometida com a educação.

À minha mãe, Jaciara Lopes Conceição, pela minha vida, pela sua história de luta e resistência e, sobretudo, por ter cuidado da minha filha Sofia para que eu pudesse frequentar a Universidade.

À minha colega de trabalho Cláudia Virginia, que muito me apoiou nos estudos e pelo constante apoio na realização das atividades acadêmicas. Obrigada por tudo, você é uma pessoa importante para mim.

À professora orientadora Dídima Maria de Mello Andrade, pelo apoio e contribuição no processo de construção deste trabalho.

E a minha filha Sofia Lopes Santos, pessoa que entrou na minha vida para ressignificar tudo, inclusive para me mostrar que educação tem muito a ver com amor e generosidade.

A criança é feita de cem.  
A criança tem cem mãos, cem pensamentos, cem modos de pensar,  
de jogar e de falar.  
Cem, sempre cem modos de escutar as maravilhas de amar.  
Cem alegrias para cantar e compreender.  
Cem mundos para descobrir. Cem mundos para inventar.  
Cem mundos para sonhar.  
A criança tem cem linguagens (e depois, cem, cem, cem),  
mas roubaram-lhe noventa e nove.  
A escola e a cultura separam-lhe a cabeça do corpo.  
Dizem-lhe: de pensar sem as mãos, de fazer sem a cabeça, de escutar e  
de não falar,  
De compreender sem alegrias, de amar e maravilhar-se só na Páscoa e  
no Natal.  
Dizem-lhe: de descobrir o mundo que já existe e, de cem,  
roubaram-lhe noventa e nove.  
Dizem-lhe: que o jogo e o trabalho, a realidade e a fantasia, a ciência e  
a imaginação,  
O céu e a terra, a razão e o sonho, são coisas que não estão juntas.  
Dizem-lhe: que as cem não existem. A criança diz: ao contrário,  
as cem existem.

(Loris Malaguzzi)

CONCEIÇÃO, Carina Lopes. **A contação de história como estratégia pedagógica para despertar novos leitores na educação infantil.** 2022.37fls. Monografia. Departamento de Educação. Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Salvador, 2022.

## RESUMO

Contar história para uma criança é como abrir um portal para um mundo mágico de fantasias e imaginação. Quando esta porta se abre, diversas possibilidades, encantos e ilusões surgem e dão lugar ao livre pensar e agir, o corpo e a mente se libertam e as histórias passam a ganhar vida. A contação de história cria uma atmosfera onde o narrador e os ouvintes se conectam de uma forma encantadora, fazendo com que as emoções e o brincar conduzam o rumo dos acontecimentos narrados. Este trabalho tem como objetivo resgatar a contação de história como uma importante ferramenta pedagógica, que pode ser utilizada na mediação do processo de ensino/aprendizado e no despertar para formação de novos leitores, especificamente das crianças que se encontram na Educação Infantil e no Ensino Fundamental I.

**Palavras-chave:** Educação Infantil; contação de história; formação de leitores.

CONCEIÇÃO, Carina Lopes. **A contação de história como estratégia pedagógica para despertar novos leitores na educação infantil. 2022.** 37fls. Monografia. Departamento de Educação. Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Salvador, 2022.

## **ABSTRACT**

Telling a story to a child is like opening a portal to a magical world of fantasies and imagination. When this door opens several possibilities, charms and illusions arise and give way to free thinking and acting, the body and mind are freed and the stories come to life. Storytelling creates an atmosphere where the narrator and listeners connect in a charming way, making emotions and play drive the course of narrated events. This work aims to rescue storytelling as an important pedagogical tool, which can be used in the mediation of the teaching/learning process and in awakening to the formation of new readers, specifically children who are in early childhood education and elementary school. I, when they are in the preschool and school stages.

**Keywords:** Early Childhood Education, Storytelling, Reader Training.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	08
<b>1 PRESSUPOSTOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL</b> .....	10
1.1. A EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL .....	13
1.2. O PROFESSOR DA EDUCAÇÃO INFANTIL .....	18
1.3. O ALUNO DA EDUCAÇÃO INFANTIL .....	20
<b>2. CONTAÇÃO DE HISTÓRIA</b> .....	23
2.1. . CONTAÇÃO DE HISTÓRIA COMO ESTRATÉGIA PEDAGÓGICA PARA DESPERTAR NOVOS LEITORES NA EDUCAÇÃO INFANTIL .....	26
<b>3. ANÁLISE E AVALIAÇÕES DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO</b> .....	28
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA UNIDADE DE ENSINO .....	28
3.2. RELATO DE EXPERIÊNCIA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO .....	29
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	31
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	33

## INTRODUÇÃO

Vivemos em um mundo pós-moderno, no qual as máquinas e as inteligências artificiais (IA) estão tomando conta de todos os processos que antes eram plenamente mediados pelos homens. Não estamos de forma alguma questionando os benefícios que foram trazidos com o avanço da sociedade e das tecnologias. Entretanto, não podemos deixar de destacar que alguns desses processos estão substituindo, modificando, e até mesmo, apagando por completo valores, culturas e hábitos que antes costumávamos cultivar. Um deles é a contação de história da forma como conhecíamos.

A prática de contar histórias é milenar, já que acompanha a humanidade desde as suas primeiras pegadas na terra. Foi por meio dela que os homens primitivos exprimiram seus primeiros sentimentos, colocavam para fora o que sentiam, viam e experienciavam. As paredes das cavernas eram suas páginas, local onde as histórias eram contadas. Com o passar do tempo, a maneira de contar e disseminar conhecimento foi sendo narrada de forma oral e muitas sociedades se utilizaram dessa estratégia para perpetuar segredos e transmitir conhecimento. Desse jeito, gerações e gerações foram formadas antes do surgimento da escrita.

Mesmo com o surgimento da escrita, a tradição de contar histórias persistiu. A contação de história está guardada no imaginário do ser humano que teve acesso a esse tipo de experiência. Quem não se lembra das histórias narradas pelos pais, babás, avós e até mesmo pelos professores nas rodas de leitura? É por meio das narrativas contadas que fazemos nossas primeiras viagens, através da imaginação; é por meio delas que fazemos contato com o mundo mágico das letras, mesmo sem saber ler. Por intermédio das histórias contadas, aprendemos a compreender o mundo, a tomar conhecimento dos seus mistérios. Com as histórias aprendemos a domar as nossas próprias emoções, porque por meio delas sofremos, ficamos apreensivos, nos encantamos, amamos, odiamos. É um turbilhão de sentimentos ao qual somos expostos quando ouvimos uma história contada.

A contação de história, quando utilizada como recurso pedagógico dentro de uma sala de aula, pode fazer florescer o gosto pelas letras, pode despertar o senso crítico e investigativo da criança, fazendo emergir a famosa curiosidade. Todos esses ganhos estão associados à contação de história que, além de todas essas qualidades, ainda oferece às crianças um universo divertido, onde a mediação da aprendizagem se dá de forma lúdica, o brincar toma conta das rodas de contação de histórias e, nesse momento, os alunos são

transportados para o mundo do encantamento. Momento em que o professor/contador aproveita para transmitir valores e conhecimentos que, certamente, serão mais facilmente apreendidos.

O objetivo principal da pesquisa realizada para a elaboração deste trabalho acadêmico foi analisar como a contação de história pode contribuir para o despertar de leitores na Educação Infantil e no Ensino Fundamental I, observando, por consequência, qual a sua contribuição na formação dos aspectos socioemocionais e cognitivos das crianças, tendo em vista que acreditamos que esse recurso pedagógico favorece o desenvolvimento das crianças em suas múltiplas linguagens e competências.

Para apoiar o objetivo geral da pesquisa, elegeram-se três objetivos específicos: i) sistematizar as fases da educação brasileira; ii) caracterizar o professor e o aluno da Educação Infantil; iii) verificar se a contação de história é adotada como estratégia pedagógica na Educação Infantil, na Escola Municipal Carrossel Encantado<sup>1</sup>, da rede municipal de ensino de Salvador.

A escolha deste tema está intimamente relacionada ao período em que realizei o Estágio Supervisionado, oportunidade na qual pude constatar como a estratégia de contação de história fascina e encanta as crianças. Não posso deixar de registrar que também guardo, ainda, as minhas memórias e imagens dos tempos de criança e das rodas de leitura. Todo aquele ambiente não era só acolhedor, mas também mágico e me levava a mundos que jamais imaginaria conhecer, senão por meio das histórias contadas.

Contudo, não apenas as memórias afetivas justificam este trabalho. A literatura específica nos revela que, nas séries iniciais da vida escolar, a contação de história tem o poder de introduzir as crianças em um universo literário, que será importante e necessário para a aprendizagem dos códigos e signos linguísticos. A contação de histórias na Educação Infantil exerce uma forte influência no desenvolvimento das competências socioemocionais e contribui, de forma inquestionável, para a formação da personalidade autônoma das crianças.

Associado aos motivos elencados anteriormente, sabe-se que o estímulo à leitura é atividade primordial e necessária para a construção das identidades e da consolidação dos conhecimentos dos alunos na Educação Infantil. Além disso, é uma ferramenta poderosa para leitura e compreensão do mundo pois, nesse sentido, permite realizar

---

<sup>1</sup> Nome fictício para preservar, por questões éticas, a identificação da Escola.

intervenções que proporcionam reflexão sobre o papel da leitura através de contação de histórias, que deve ser uma prática a ser perseguida. Nesse contexto, logo podemos inseri-la no rol das justificativas da pesquisa realizada. A formação de leitores críticos e conscientes, certamente, concorrerá para a formação de cidadãos preparados para o enfrentamento dos desafios futuros e para a construção de um mundo muito menos injusto e desumano.

Para a compreensão do objeto pesquisado, adotou-se uma abordagem qualitativa e o método da pesquisa bibliográfica para levantamento dos dados e das informações necessárias para a produção escrita deste trabalho. No segundo momento, fizemos a análise de todo material coletado, apoiado por uma sistematização dos artigos, dos periódicos e das dissertações que analisamos. Por fim, procedemos à análise dos dados sistematizados e a respectiva produção textual. No que diz respeito ao tema, priorizamos, na pesquisa bibliográfica, os trabalhos que abordavam a contação de história de forma geral e como ela tem sido adotada na formação e letramento na Educação Infantil, de forma específica.

Este trabalho acadêmico está subdividido em quatro seções: uma parte introdutória, na qual destacamos a importância da contação de história como estratégia pedagógica para o despertar de novos leitores na Educação Infantil e no Ensino Fundamental I, além de trazer os objetivos e justificativas da pesquisa realizada para esta produção textual acadêmica. Na segunda seção, abordamos o percurso histórico da Educação Infantil, com ênfase em seus protagonistas — a professora e o aluno. Na terceira seção, a contação de história é abordada como estratégia para a formação de leitores, enfatizando-a como recurso didático das séries iniciais. Por fim, a última parte é dedicada às considerações finais, momento em que apresentamos os resultados da pesquisa e suas respectivas respostas aos problemas elencados.

## CAPÍTULO I - PRESSUPOSTOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Por um longo período, a infância foi negada às crianças, que sempre foram tratadas como adultos em miniaturas. Somente a partir do século XV, a infância foi reconhecida e se percebeu que se precisava tratá-la de forma diferente. Essa mudança de paradigma no conceito de infância estava diretamente ligada ao fato de que as crianças eram consideradas pequenos adultos.

A infância não era compreendida na sua complexidade e, por essa razão, não era muito valorizada, e as crianças não gozavam de cuidados especiais e de proteção. Somente após determinadas transformações pelas quais passamos, surgiu um sentimento de que as crianças eram sujeitos especiais, diferentes dos adultos (HEYWOOD, 2004). Este percurso histórico só foi possível devido a um processo de construção social, que teve início no fim da Idade Média, já na sua transição para a Idade Moderna.

A infância é uma fase de extrema importância na vida de um cidadão. É neste período que se começa a perceber os primeiros estímulos para o desenvolvimento físico e cognitivo das crianças e, para isso, elas deveriam ser respeitadas como seres humanos dotados de inteligência, sentimentos e aptidão, partindo-se do princípio de que a educação é direito de todos.

A palavra infância é proveniente do latim *infanta* que significa “incapacidade de falar”. Durante muito tempo, acreditou-se que a criança antes dos sete anos não tinha capacidade de comunicação. Belloni (2009) sugeriu que a criança não despertava o desejo de ser entendida e compreendida de acordo com suas particularidades e subjetividades, e essa forma de interpretá-la contribuiu muito para a forma como elas eram tratadas.

Segundo Arroyo (2013), cada tempo da vida do ser humano tem sua especificidade e demanda uma educação própria. Tomando-se como exemplo a primeira infância, período fundamental e decisivo na formação do ser humano, constata-se que as experiências vividas nessa fase podem deixar impactos marcantes nas nossas vidas, tanto positivo quanto negativo. Esses impactos podem trazer consequências irreversíveis no desenvolvimento do sujeito, como danos psicossociais e pessoais, muitas vezes irreparáveis.

Discussões sobre a infância estão cada vez mais sendo abordadas por pesquisadores das mais diversas áreas, com o objetivo de compreender essa fase tão

complexa das nossas vidas. Trata-se da etapa da vida que temos contato com o mundo e com as nossas primeiras experiências e aprendizados, que serão determinantes em uma educação contextualizada.

O pesquisador francês Philippe Ariès, um dos pioneiros nos estudos da infância, contribuiu de forma decisiva na reconstrução de um novo olhar para a compreensão da infância, desde seus aspectos relacionados à consciência infantil até às suas particularidades. Com a publicação da obra *História Social da Criança e da Família* (1973), Ariès ajudou a diferenciar o sujeito criança dos sujeitos adultos.

Esses estudos contribuíram para a concepção de que, na infância, os sujeitos (crianças) estão muito receptivos a absorver estímulos, sejam eles bons, sejam ruins, que podem se refletir em outras etapas da vida. Essa fase, se bem mediada, pode proporcionar aprendizagens, experiências e afetos que acompanharão a criança por toda a sua vida. É nesse período que ela começa a receber os primeiros estímulos que serão fundamentais para o seu desenvolvimento emocional, motor e cognitivo.

É de extrema importância que sejam garantidas às crianças um ambiente, tratamento e formação que lhes proporcionem experiências e estímulos que concorram para a formação de um sujeito crítico e reflexivo. Isso implica em tratá-los como crianças e não como pequenos adultos.

Para Martins (1993), as crianças eram vistas como miniaturas dos adultos. Desde as roupas que vestiam, passando pela forma como seus pais lhes tratavam, elas eram consideradas pela sociedade como qualquer outro sujeito. A elas eram negadas a especificidade da criança, sua vida era restrita ao mundo dos adultos e assim elas eram tratadas. Conforme historiou Ariès (1973), as crianças não gozavam de nenhum privilégio, não eram prioridades para a sociedade e muito menos mereciam atenção e ou tratamento especial. Suas especificidades e necessidades de proteção, afeto e educação especial eram desconsideradas.

É a partir do século XVII que o pensamento sobre a infância começou a mudar. A criança passou a ser vista como um ser frágil, puro e carente de proteção. A nova forma de enxergá-la implicou em muitas mudanças para àquela sociedade, sendo a primeira delas a constatação de que as crianças precisavam de conhecimento. Contudo, ainda não havia o entendimento de que as crianças necessitavam de uma formação plena, que fosse voltada para a sua construção como um sujeito de direitos. Para a sociedade da época, o

conhecimento que a criança precisava, naquele momento, era relacionado à moral, como uma espécie de ensino para prepará-la para a vida adulta, ensinamentos que toda criança deveria saber para se comportar e saber conviver em sociedade. (SAVIANI, 2007; ROMANELLI, 1986).

A partir do entendimento de como a infância era compreendida, houve algumas mudanças de direção. Surgem, a partir desta nova compreensão de infância, os primeiros internatos com o objetivo de ensinar moral e bons costumes à criança. Importante destacar que esses espaços eram administrados pelas igrejas, instituição que era detentora e concentradora de grande poder nesse período, junto com as classes mais endinheiradas.

No século XVIII, tivemos uma nova compreensão da infância. Neste período, vivíamos o início da primeira revolução industrial, período histórico marcado pelo progresso da sociedade, que trouxe uma série de adaptações e transformação para o mundo todo.

A revolução proporcionou à mulher, que antes só se dedicava a casa e aos trabalhos na lavoura, a possibilidade de trabalhar nas fábricas. Com a nova realidade, as mulheres, que também eram mães, precisavam deixar suas crianças com alguém. Neste período, portanto, a criança passou a ser vista como um ser frágil e que carecia de proteção e cuidados especiais. A ideia de pureza infantil começava a ganhar forma, mas apenas contornos, pois como se sabe, a criança foi muito explorada nesta fase de desenvolvimento da sociedade. Pode-se dizer que, ao passo que tivemos avanços, esses também foram acompanhados de suas incongruências.

Com as mudanças na forma como a infância era compreendida, algumas políticas públicas foram elaboradas para atender a esse público, crianças menores de sete anos. Normas foram criadas para garantir assistência e apoio às crianças e as suas mães que necessitavam trabalhar e não tinham com quem deixar seus filhos. A partir da década de 1970, por exemplo, já existia um novo entendimento sobre a Educação Infantil, no Brasil, com uma sucessão de fatos que vieram a ser marcados, definitivamente, com a Constituição Federal de 1988 e, posteriormente, com a publicação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990. A partir desses marcos, a infância passa a ser, por direito respeitada, ao menos no campo do Direito.

## 1.1 A EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL

Ao analisar a história da Educação Infantil, no Brasil, foi possível verificar a contribuição de diversos teóricos sobre o assunto. Segundo Luzuriaga (1985), para compreendermos a educação presente, é necessário rever a história do passado. Desta maneira, a história da Educação Infantil, em nosso país, tem características próprias que foram traçadas em um processo histórico que deu origem ao reconhecimento e a valorização da educação nos dias atuais.

No Brasil, a Educação Infantil, etapa da Educação Básica, tem como objetivo proporcionar o desenvolvimento da criança em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social e, como finalidade, o desenvolvimento integral da criança de 0 a 6 anos de idade. (BRASIL, 1996)

Segundo Nóvoa (1995), para entender a complexidade do sistema educacional brasileiro e suas peculiaridades que se instauram nos dias atuais, é necessário conhecer os princípios da construção da educação no Brasil. Nóvoa (1995) destaca que as referências do educador do passado podem servir de base para compreender os problemas contemporâneos e trilhar caminhos para a construção de uma educação transformadora.

Do ponto de vista situacional, a história da educação brasileira teve início no século XVI, com a chegada dos portugueses. Claro que estamos destacando aqui a educação formal, afinal os saberes populares — a formação baseada nas tradições orais da cultura dos povos autóctones (indígenas brasileiros) — não pode ser negada. No contexto de uma educação formal, os primeiros educadores foram os padres jesuítas. Neste período, a educação no Brasil estava a serviço dos interesses da Coroa Portuguesa e tinha como objetivo central a catequização dos nativos da terra. O interesse era convertê-los à fé cristã.

É importante registrar que a educação jesuítica foi a primeira responsável pelo ensino brasileiro, sendo de grande importância para o processo de colonização do Brasil. O interesse da Coroa e da igreja não era de formar, e muito menos dotar os povos originários e os negros escravizados de conhecimento, ao contrário, o objetivo principal era convertê-los à religião católica, à qual era professada pelo Reino de Portugal.

Os jesuítas chegaram à Bahia junto com Tomé de Souza, em 1549, tendo como missão pregar e espalhar o catolicismo, com o intuito de catequizar os nativos à prática cristã. Segundo Gadotti (2006), o ato de ensinar é antigo e se inicia na organização dos

homens em sociedade, de acordo com seus fins de transmitir seus valores e costumes às gerações.

Ainda na Idade Média, o processo de educação foi totalmente conduzido pela Santa Igreja Católica, onde os ensinamentos eram ministrados pelos padres, sendo preponderante para o nosso legado educacional contemporâneo. No entanto, esses sacerdotes não tinham formação adequada para lecionar. A respeito desse período, foi em Salvador que os primeiros jesuítas se estabeleceram, e em seguida deram continuidade, através de núcleos, para outras regiões do estado da Bahia e de todo o País.

Segundo Romanelli (1996), o ensino ministrado pelos jesuítas buscava atender às necessidades e demandas da colônia da época. Com o tempo, esse modelo de educação, que perdurou por muitos anos, não interessava mais aos filhos da nobreza portuguesa, dando espaço às representações políticas da colônia.

Entre muitas curiosidades interessantes sobre a história da educação no Brasil, destaca-se uma em particular. Os filhos dos portugueses eram educados segundo uma hierarquia de nascimento: o primogênito desfrutava das propriedades da família, o segundo ia estudar em escolas e completava o ensino superior em seu país de origem, e o terceiro seguia a vida religiosa e vivia no núcleo da igreja.

A educação letrada no Brasil era destinada somente aos homens. Às mulheres, cabiam os ensinamentos para os afazeres domésticos e a vida cristã e eram proibidas de ter acesso aos espaços educacionais. É relevante destacar que esses aspectos históricos referentes ao início da educação, no que tange à desigualdade educacional em diferentes esferas, se faz ainda presente no século XXI, de forma diferente dos tempos coloniais.

A educação ofertada aos indígenas, por exemplo, era de responsabilidade dos padres. Para educar os indígenas, os padres utilizavam recursos ainda atuais em muitas escolas brasileiras, como o teatro, a poesia e a música. Um dos grandes legados pedagógicos, que podemos mencionar, foram as cartas em que documentava o cotidiano escolar em tempos passados. Uma das grandes influências pedagógicas daqueles tempos era do educador Padre Anchieta.

Durante muito tempo, a educação no Brasil era orientada pela transmissão de conteúdos rígidos e com pouca ou nenhuma personalização, sem considerar as diferenças de aprendizagem dos alunos (SAVIANI, 2000). Fundamentava-se por um método padronizado, responsável pela sistematização do ensino, que previa um currículo único

para os estudos com o domínio da leitura, da escrita e do cálculo. O modelo de ensino devia ser seguido por todos os estudantes. Saviani salienta que o plano de ensino era definido

[...] por um conjunto de regras cobrindo todas as atividades dos agentes diretamente ligados ao ensino. Começava pelas regras do provincial, passava pelas do reitor, do prefeito de estudos, dos professores de modo geral e de cada matéria de ensino, chegava às regras da prova escrita, da distribuição de prêmios, do bedel, dos alunos e concluía com as regras das diversas academias. (SAVIANI, 2007, p. 55)

A Companhia de Jesus criou 17 colégios e seminários com hegemonia do ensino brasileiro até 1759, período que os padres jesuítas foram expulsos do reino de Portugal pelo Marquês de Pombal. Devido ao confronto de interesses entre a Companhia de Jesus e o Marquês, foi estabelecido um Estado Laico (Bomura; Neto, 2006). Com a saída dos jesuítas, foi preciso estabelecer novas linhas educacionais, promovendo mudanças significativas na condução da educação.

Quando analisamos a história da educação no Brasil, a colonização jesuítica se destaca como uma das mais importantes companhias que passou pelo país. Entretanto, seu legado ainda gera muitas discussões e controvérsias na academia. Nesse período, iniciou-se a organização de um novo modelo educacional, com a introdução de disciplinas mais práticas.

Pombal tinha convicção de que era preciso modificar a educação no Brasil criada pelos jesuítas. Porém, essa ideia só foi possível ser implantada a partir do ano de 1772, com a chamada Reforma Pombalina, influenciada pelos ideais iluministas. Após essa mudança, o Brasil inicia a criação de um ensino público, tornando o professor um personagem principal no sistema educacional, resultando no fim da didática jesuítica, muito criticada porque

As aulas, quando confiadas aos jesuítas, segundo tais discursos, decaíram do auge visto anteriormente. A razão, segundo o texto, foi o Método Jesuítico, considerado escuro, fastidioso e prolixo, demorando o aluno entre oito, nove anos ou mais para aprender a língua latina e, mesmo assim, achavam-se tão illaqueados nas miudezas da Grammatica, como destituídos das verdadeiras noções das línguas latina, e grega, para nellas fallarem; e escreverem sem hum tão extraordinário desperdício de tempo em comparação aos que estudavam em outras nações da Europa, cujo Método Jesuítico já havia sido condenado e substituído. (BARBOSA; FILHO, 2013, p. 2).

Seguindo os acontecimentos que formularam a história da educação no Brasil, pode-se facilmente citar a dificuldade de acesso ao conhecimento. O governo português deixou vários jovens sem estudar e, ainda por cima, não conseguia investir na formação dos professores. Não havia uma sistematização da idade escolar, todos se reuniam independentemente da faixa etária, mas marcada a partir dos sete anos sem nenhum cronograma série-idade.

De acordo com o contexto histórico apresentado, pode-se observar que existem várias concepções que implantaram o princípio da educação no Brasil. Entretanto, dentre as ideias apresentadas, é possível considerar que o processo da Educação Infantil se iniciou no período da Revolução Industrial, no êxodo rural, onde as pessoas começam a sair do campo para trabalhar nas fábricas. Isso fomentou a contratação da mão de obra feminina, com as mulheres iniciando seus primeiros trabalhos nas indústrias, com o intuito de complementar a renda familiar, e deixando de ajudar seus maridos na lida da lavoura.

Ao saírem de seus lares para trabalharem nas fábricas, as mulheres deixavam os filhos sob os cuidados de terceiros. A mão de obra feminina era desvalorizada e, portanto, muito lucrativa para os donos das fábricas, conforme pode se verificar abaixo:

[...] é quase certo que a fabricação do algodão contribuía mais para a acumulação de capital que outras, ao menos porque a rápida mecanização e o uso generalizado de mão-de-obra barata (de mulheres e adolescentes) permitia uma elevada transferência dos rendimentos do trabalho para o capital. De 1820 a 1845, o produto líquido industrial cresceu cerca de 40% (em valor corrente) e sua folha de pagamento em apenas 5% (HOBBSAWM, 2000, p. 65).

Mesmo com toda resistência social, as mulheres começaram a exercer esse trabalho, surgindo então a necessidade de deixar os filhos aos cuidados de alguém, devido as suas densas jornadas de trabalho. É desse momento que as primeiras instituições se originaram e ficaram conhecidas como asilos e ou creches — lugares concebidos para atender às demandas das mulheres trabalhadoras que não tinham onde deixar os seus filhos. Contudo, esses locais só serviam mesmo para cuidar, não tinham um caráter

pedagógico. A maioria dessas instituições foram criadas, exclusivamente, para atender as crianças de baixa renda, filhos da classe operária.

Partindo desse pressuposto, a educação nacional foi construída desde os primórdios, institucionalizando-se com o passar dos séculos frente aos principais elementos, atores e personagens sociais, que moldaram a cara da nossa educação de hoje. Diante dessa construção, é possível analisar, em estudos e pesquisas, os principais períodos da história da educação brasileira. Passada a primeira fase, cuja maior influência foram dos jesuítas, o segundo momento, no período de 1808 a 1822, que marca o fim do período colonial e, como consequência, a chegada da Família Real ao território brasileiro como estratégia de fugir dos conflitos na Europa e em Portugal.

Nesta fase, Dom João VI promoveu algumas ações que contribuíram para melhorar, em certos aspectos, a cultura no Brasil, dentre eles, a abertura das Academias Militares, o Jardim Botânicos, a Biblioteca Real e o Museu Real. Entretanto, a educação não passou a ser valorizada com a chegada da Familiar Real às terras brasileiras.

Já na terceira fase, denominada como Império, que vai de 1822 a 1889, tivemos uma Constituição que instituiu a liberdade de ensino sem restrições a uma educação primária e gratuita a todos os cidadãos. De 1827 até 1946, tivemos uma Lei que exigia e garantia a criação de escolas de primeiras letras em todas as cidades e vilarejos, no Brasil.

Na quarta fase, tivemos o período da Primeira República, 1889 a 1930. É preciso esclarecer que o ensino secundário era visto como um ensino preparatório para os alunos ingressarem no ensino superior. Não se pensava em uma formação mais ampla.

Adiante, tivemos a era Vargas, de 1930 a 1945. Com o Decreto n. 19.402, de 14 de novembro de 1930, foi criada a Secretária de Estado com a denominação de Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública. Outro marco de fundamental importância foi à criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB), responsável pelo estabelecimento das diretrizes da educação nacional vigentes. (BRASIL, 1996)

## 1.2. O PROFESSOR DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Muito tem se discutido sobre a importância da contação de história na Educação Infantil, e é importante destacar que o trabalho docente tem um papel fundamental na socialização de conhecimentos para a formação de leitores, que se acredita deve ser

iniciada no começo da primeira infância. Nesse contexto, esta seção pretende demonstrar quem deve ser este professor da Educação Infantil.

O professor comprometido com o desenvolvimento dos seus alunos deve ter consciência de que o seu fazer pedagógico precisa estar alicerçado e fundamentado para a elaboração de um planejamento que seja capaz de articular suas estratégias de ensino-aprendizagem de forma eficiente. Com isso, ele busca assegurar que seus alunos não apenas sejam submetidos ao processo de letramento, mas que eles se encantem pelo processo e desenvolvam o gosto pelo mundo das letras. Portanto, cabe ao educador rever suas práticas de incentivo à leitura na Educação Infantil.

Pesquisas sérias têm demonstrado que “o prazer de ler se estabelece desde a mais tenra idade, quando as crianças se familiarizam com as narrativas lidas diretamente dos livros, ou contadas na sua fidelidade” (WESCHENFELDER, 2005, p.121). Segundo esse mesmo autor, “histórias ouvidas movem emoções”. (IBDEM, 2005).

Segundo Schermack (2013), a arte de contar histórias induz às pessoas a combaterem os seus maiores medos e a lidar melhor com os seus sentimentos. Assim, a contação de histórias não se trata apenas de uma ferramenta pedagógica que favorece o letramento, mas um poderoso recurso que, quando bem planejado e aplicado, pode contribuir para o pleno desenvolvimento de múltiplas habilidades do aluno. Nesta perspectiva, é preciso que o professor, quando investido da função de contador de história, possa ser visto como um artífice da palavra falada. (WESCHENFELDER; BURLAMAQUE, 2005)

Os currículos devem ser estruturados com conteúdos e práticas de ensino-aprendizagem que garantam a criança o prazer, a liberdade e a fantasia do universo literário. O currículo proposto deve incentivar a contação de histórias como recurso didático-pedagógico a ser utilizado em toda as fases da Educação Infantil, proporcionando e despertando o gosto pela leitura das crianças desde muito cedo.

Para a criação desse ambiente lúdico, os professores devem adotar estratégias acessórias à contação, tais como a utilização de recursos como fantoches, marionetes, dramatização, musicalidade, expressão corporal e danças. Todos esses elementos buscam criar uma sintonia fina entre o uso dos recursos e objetos às narrativas propostas por cada história a ser contada. Afinal, a arte de contar histórias deve ser encarada como uma ação artística, que visa alcançar uma comunicação eficiente e o encantamento dos alunos

(WESCHENFELDER, 2009). Entretanto, a contação de história requer uma postura lúdica do professor, independente dos recursos explanados acima.

Inquestionavelmente, se bem utilizada, a estratégia de contação de história pode contribuir de forma decisiva no desenvolvimento de habilidade e competências dos alunos da Educação Infantil, melhorando a oralidade de leitura, além de contribuir na alfabetização e no preparo para as séries iniciais do Ensino Fundamental I.

O desenvolvimento das estratégias de leitura vai depender da proposta pedagógica como um todo, da oferta de material e, sobretudo, do estímulo que as crianças irão receber dos professores, bem como de toda família. Acredita-se que o incentivo à leitura por meio da contação de história pode ser uma excelente ferramenta no desenvolvimento lúdico e cognitivo da criança, sobretudo na faixa etária sugerida, visto que a atividade da leitura amplia e enriquece seu vocabulário, pois antes mesmo de conhecer as letras, as crianças vivenciam a leitura e o contato com esse universo através da contação de histórias. Adverte-se que ser ouvinte de uma história é:

[...] assumir uma condição especial. Especial se considerarmos que este é o momento de revelação. E o que o ouvinte espera, do narrador, neste momento, é que haja entre eles uma correspondência direta de emoções e sensações (SISTO, 2004, p.03).

Libâneo (2006) expõe que é preciso que os professores nas séries iniciais de ensino utilizem, em suas atividades cotidianas, diferentes recursos pedagógicos na tentativa de estimular as crianças a entrarem no mundo mágico do universo da leitura.

Para Vasconcellos (2011), é preciso motivar e criar estratégias que possam solucionar os problemas dos alunos desde as séries iniciais, mesmo sabendo das dificuldades enfrentadas por muitos educadores da rede pública de ensino, como a falta de recursos e boas condições de trabalho. Entretanto, isso não deve ser um motivo que os impeça de tentar, afinal, com apenas um livro e a vontade de fazer, já se tem as condições para uma boa roda de contação de histórias.

É preciso reinventar e ressignificar as práticas pedagógicas, tornando-as mais atrativas e dinâmicas. Acredita-se que, se a contação de história for adotada pelos professores da Educação Infantil como mais uma das estratégias para despertar o gosto pela leitura, eles poderão criar um ambiente propício para um aprendizado significativo

e cheio de simbolismo. Consequentemente, abrirão caminhos para o desenvolvimento de outras habilidades a serem construídas, o que concorrerá para formação de jovens leitores mais conscientes e críticos em sua vida social.

### 1.3. O ALUNO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

A Educação Infantil é uma modalidade da Educação Básica, fase na qual os alunos chegam à escola com desejo inconsciente de aprender e viver experiências em suas mais diversas formas (SOUZA, 2010). E sendo a escola um espaço formal de construção das aprendizagens, deve promover um ambiente acolhedor que estimule a criatividade e que oportunize maior autonomia a esses alunos.

É preciso um olhar pedagógico que favoreça o desenvolvimento integral da criança, pois é nessa fase que as crianças começam a desenvolver os aspectos físicos, psicológicos, motores, sociais e emocionais. No entanto, para que a criança possa desenvolver-se plenamente, é preciso que seja valorizada e respeitada como parte integrante do seu processo de formação. É deste sujeito que estamos falando e é para eles que devemos pensar a nossa pedagogia.

É relevante destacar que a inserção da criança na Educação Infantil estimula a construção de conhecimentos e a exploração de habilidades, que serão fundamentais para seu desenvolvimento de forma integral. Entender a primeira infância, portanto, é condição mais que necessária para o oferecimento de uma Educação Infantil voltada para formação desses sujeitos que devem ter suas especificidades e individualidades sempre respeitadas.

A Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica que tem por finalidade desenvolver a capacidade intelectual, cognitiva e social das crianças. Para garantia dessas capacidades, as crianças precisam de políticas públicas educacionais e investimentos que garantam que os professores e as unidades de ensino, voltadas para esse público, assegurem isso.

Compreendendo a criança como um sujeito de direitos e a Educação Infantil como meio de transformação social, faz-se necessário garantir uma educação comprometida com o desenvolvimento dessas crianças, ofertando-lhes os meios necessários para seu pleno desenvolvimento.

É nessa etapa que a criança vai desenvolver as habilidades essenciais para o seu desenvolvimento físico, social e cognitivo, competências que serão utilizadas em toda sua vida. Nesse sentido, a concepção de educar e cuidar estão associadas. Essas duas ações — cuidar e educar — são, portanto, inseparáveis e o processo educativo dessas crianças devem ocorrer, a nosso ver, tão logo elas ingressem na creche e ou em pré-escolas.

Entretanto, no Brasil, o acesso à escola só é assegurado pelas leis para crianças a partir de quatro anos de idade. Antes dos quatro anos, a matrícula dos filhos é de “livre” escolha dos pais. São eles que decidem se seus filhos vão ingressar nas escolas mais cedo, antes dos quatro anos. Contudo, cumpre registrar que para imensa maioria dos brasileiros não se trata de escolha, pois como o acesso à escolarização só é assegurado para crianças a partir dos quatro anos, isso quer dizer que matricular o filho antes da idade prevista na legislação (LDB 9.394), implica em ter condições financeiras para pagar o investimento nas creches e pré-escolas, realidade que não é a da maioria dos brasileiros, que malmente possuem condições mínimas de sobrevivência.

É importante destacar que a Educação Infantil é uma das fases de maior complexidade e relevância na vida da criança, sendo o alicerce para formação de um sujeito crítico e reflexivo. Muitas vezes por falta de conhecimento, pais e responsáveis acabam negligenciando esse período que é fundamental para a formação das crianças.

Vale frisar que cada aluno da Educação Infantil, independente de gênero, etnia ou religião, traz sua especificidade de forma particular e única, seja ela sensorial, intelectual, física. Dessa forma, devem ser percebidas e mediadas com o apoio da família. É pertinente ressaltar que os alunos da Educação Básica, tanto em creches quanto em pré-escolas, precisam de confiança para conduzir com liberdade seu aprendizado no processo de socialização e individual. Foi possível observar que a criança precisa ter liberdade para um desenvolvimento pleno, que resultará na sensação de pertencimento social, sobretudo acolhimento fora do ambiente familiar.

Com esse enfoque, é preciso enfatizar que o aluno da Educação Infantil tem por direito o acesso à educação na primeira infância como em qualquer outra fase da vida de um cidadão. Para tanto, é imprescindível o acesso à escola nessa fase da vida, período em que deve ser dado às crianças a oportunidade de aprendizado, respeitando-se suas diferenças e necessidades, favorecendo o seu pleno desenvolvimento social e cognitivo.

Em nova postura acerca da concepção da infância, surgem novas propostas ao fazer pedagógico, como está na Constituição de 1988, a qual reconhece a Educação Infantil como um direito da criança. Há, ainda, as funções de cuidar e educar em duas ações que se complementam e assim devem ser compreendidas. Para tanto, o trabalho educativo nas séries iniciais deve criar condições para as crianças conhecerem novos valores, ideias, sentidos e papéis sociais. Assim, segundo Oliveira (2011), ao longo dos anos, a Educação Infantil, antes assistencialista, vem se moldando, nos últimos anos, às

necessidades educativas das crianças de zero a seis anos de idade. A Educação Infantil se consolida, concebe e valoriza sua função formadora, porque compreende a criança como sujeito histórico e cultural. Observe que o mesmo autor destaca que:

Retomou-se a discussão das funções da creche e da pré-escola e a elaboração de novas programações pedagógicas que buscavam romper com concepções meramente assistencialistas e/ou compensatórias acerca dessas instituições, propondo-lhes o desenvolvimento linguístico e cognitivo das crianças (OLIVEIRA, 2011, p. 115).

A Educação Infantil tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança, sendo dever da União, do Estado e dos Municípios garantirem a todos o acesso à educação de forma plena e de qualidade. Um ponto importante a refletir é que a educação vai muito além dos aspectos legais. Envolve, principalmente, rever concepções sobre a infância, as relações entre classes sociais, as responsabilidades da sociedade e o papel do Estado mediante as crianças pequenas.

Outro ponto a ser destacado em debates sobre a Educação Infantil, é a participação da família, que deve incentivar e participar na educação escolar do filho, permitindo seu melhor desenvolvimento. O papel da família, considerando suas especificidades mediante suas responsabilidades perante o aluno da Educação Infantil, e o compromisso em assumir o trabalho em conjunto com os professores, deve considerar as singularidades do aprendizado e desenvolvimento de um currículo para crianças de zero a seis anos.

Diante do exposto, a pesquisa realizada enxergou o aluno da Educação Infantil como um sujeito dotado de experiências e saberes, disposto a aprender em todos os aspectos do seu convívio social, indo muito além do seu núcleo familiar e da sua escola. Para que isso ocorra, as condições para o ingresso formal na Educação Infantil deve ser garantido ainda em idade inferior aos quatro anos.

Nesta fase preparatória, seu acolhimento deve ser repleto de carinho, atenção e ludicidade. Afinal, é brincando que os pequenos vão se preparar para ingressarem nas fases subsequentes da Educação Básica. As atividades realizadas na etapa da Educação Infantil construirão aprendizados de forma significativa, e os alunos com acesso à contação de história, certamente desenvolverão mais suas habilidades físicas, psíquicas e cognitivas, alicerces necessários para seguirem com mais segurança em seus percursos escolares.

## CAPÍTULO II - CONTAÇÃO DE HISTÓRIA

A contação de história é um tipo de mediação de grande importância para formação de leitores e para o aprendizado dos alunos. Abramovich (1997) revela que um bom trabalho pedagógico com contação de história possibilita à criança inventar seu próprio mundo de forma livre, em vivências relevantes que oportunizam o desenvolvimento afetivo e cognitivo, através da escrita e da oralidade.

A literatura descreve que a leitura mediada pela contação de história é como uma lâmpada que clareia e dá vida a lugares e à imaginação. Quando bem trabalhada e adotada de maneira lúdica, essa prática estimula a criatividade e desperta a fantasia, exercitando a memória das crianças nas primeiras fases da infância, sobretudo nas fases pré-mágica e mágica.

Os contos e as fábulas são importantes para a formação do ser humano. O mundo simbólico das histórias contadas fizeram parte das histórias de todas as civilizações. As nossas tradições são vivenciadas e compartilhadas há muito tempo por contadores de histórias em seus mais diferentes contextos. A prática, em especial no sistema educacional, permite que a criança desenvolva a linguagem oral e escrita, ampliando seu vocabulário e estimulando o gosto pelos livros.

A arte de contar histórias é uma das tradições mais antigas que se tem notícia, arte que era passada de geração para geração, papel atribuído aos mais experimentados e gastos pelo tempo, tais como os bardos, gritos, sherazades ou mesmo os mais velhos como os nossos avós (BUSATTO, 2006).

Apesar de ofício antigo, a contação de história, tal como conhecemos e estamos abordando neste trabalho, segundo Fleck (2007), iniciou-se no século XX e trata-se de um neologismo, expressão que se refere ao ato de contar histórias.

Segundo Abramovich (2006), o ato de ouvir uma história é importante para formação de qualquer criança, para essa autora

[...] ouvir muitas histórias e escutá-las é o início da aprendizagem, para ser um bom leitor e ter um caminho absolutamente infinito de descobertas e compreensão do mundo escrito (ABRAMOVICH 2006, p.16).

Não se questiona entre pedagogos e professores, em geral, que a contação de histórias é uma grande aliada na educação das crianças, pois alimenta a emoção, aguça a imaginação e abre caminhos infinitos de descobertas nos seus mundos. A contação de história, quando bem aplicada, pode se tornar uma prática pedagógica essencial para o desenvolvimento na Educação Infantil, estimulando a capacidade de organizar os pensamentos e articular ideias.

A contação de história é uma ferramenta tão potente, quando aplicada de forma adequada e com finalidade pedagógica, que é capaz de construir pontes que ligam diferentes lugares, servindo como meio para resgate de memórias e significados que tornam as pessoas mais humanas, íntegras e solidárias (BUSATTO, 2005).

A contação de história é, para Busatto (2005), “um ato social e coletivo, que se materializa por meio de uma escuta afetiva e efetiva”. Para tanto, o professor contador de história deve se comprometer com essa prática, não lhe bastando apenas contar histórias, mas é preciso entrar no universo, na cultura e literalmente na vida das crianças. Por meio do seu imaginário, pode incentivá-las a explorar os livros com imaginação, fazê-las viajar e viver cada leitura, ou suas experiências, a partir das histórias narradas. Ler para crianças é possibilitar que elas sejam transportadas para o mundo das subjetividades, um mundo dos sonhos, onde tudo pode, onde elas são os arquitetos e engenheiros das suas histórias.

A participação em rodas de contação de histórias possibilita a socialização entre crianças e também que elas entrem em um universo onde tudo é possível, onde o coração se enche de memórias e afeto. O contato com as histórias contadas, o toque nos livros possibilitam um primeiro contato dessas crianças com as coisas do mundo, com aprendizados significativos da vida. É por meio dessa participação ativa, que as crianças/alunos vão sendo inseridos nos problemas do cotidiano e na própria sociedade.

Dohme (2010) adverte, contudo, que não basta ler ou contar histórias, é preciso pesquisar e fazer leituras especializadas para cada tipo de público, afinal, a contação de história também deve servir para

[...] eles conhecerem seus heróis, assistir aos filmes e conhecer suas brincadeiras preferidas. É só dessa forma que saberemos escolher dentro de um repertório conhecido qual história se adéqua ao

comportamento que desejamos ou precisamos adotar (DOHME, 2010, p.25).

A escolha de uma história deve ser para cada faixa etária, respeitando-se, inclusive, questões como cultura, localização geográfica, contexto sociopolítico e outros aspectos. Ela precisa ser uma escolha seletiva e baseada na percepção do contador. Obedecendo a esses requisitos, é possível que a contação de história possa ser uma boa ferramenta pedagógica na formação de qualidade dessas crianças, contribuindo para que elas tomem contato com o mundo real, com sua cultura, valores e costumes.

De acordo com Busatto:

[...] um comunicador que adquiriu o dom de narrar influenciado pelo meio que habita, transformando-se na memória coletiva de sua comunidade e transmitindo por meio dos contos, lendas, as raízes culturais do seu povo (BUSATTO, 2006, p.19).

A contação de história aproxima as pessoas, coloca o contador em contato direto com seus ouvintes/alunos, causando, conseqüentemente, uma atmosfera de cumplicidade e intimidade que, acredita-se, pode ser um dos fatores de maior conexão. Esses fatores dotam o processo de ensino-aprendizagem de propósito e intencionalidade, criando o que Busatto (2006) chamou de “comunhão entre quem narra e quem ouve”.

Segundo Cardoso e Faria (2009, p. 3), a contação de história é um “instrumento muito importante no estímulo à leitura, ao desenvolvimento da linguagem, é um passaporte para escrita, desperta o senso crítico e, principalmente, faz a criança sonhar”. Ler e contar histórias para as crianças é fazer com que elas acreditem que é possível sorrir e brincar, ao passo que também tomamos conhecimento de coisas importantes a respeito delas. É, portanto, significar e dotar de prazer o ato de ler ou aprender a ler.

São inúmeros os desafios para ensinar nossas crianças a ler, sobretudo quando falamos que boa parte delas ainda está fora dos ambientes escolares, e que muitos brasileiros se encontram na condição de analfabetos. Por essa razão, acredita-se que a contação de história, quando adotada na Educação Infantil, pode ser um excelente recurso didático para proporcionar à criança um aprendizado significativo, podendo ser utilizada também no despertar da criatividade e do senso crítico, uma vez que é nesta fase que os hábitos e a aprendizagem estão em desenvolvimento. Contar histórias para as crianças é, assim, um ato político de formação de sujeitos críticos e conscientes.

## 2.1. CONTAÇÃO DE HISTÓRIA COMO ESTRATÉGIA PEDAGÓGICA PARA DESPERTAR NOVOS LEITORES NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A contação de história é de grande relevância para a formação de futuros leitores nas séries iniciais da Educação Infantil, sobretudo quando essa prática é adotada como uma forma de expressão corporal, artística e com intencionalidade pedagógica. Quando associada com imagens, músicas, dramatização e outros recursos, ela se torna um meio de comunicação potente de aprendizado para a criança, nos seus primeiros anos escolares.

É importante mencionar que, atualmente, é muito comum verificarmos que existe uma preocupação muito grande para o letramento das nossas crianças, sobretudo porque existe uma corrida para dotá-los de conhecimento e competências que permitam que eles sejam adultos capazes de encontrar o seu lugar no mundo. Mundo que está cada dia mais tomado por uma corrida por quem é mais, tem mais ou pode mais, um mundo marcado pelas competições e disputas em todos os ambientes.

Não é incomum vermos escolas que fazem processos seletivos para ingresso das crianças na primeira infância, os quais estimulam a concorrência e a disputa como formas de aprendizado. Contudo, o que estamos destacando, aqui, é exatamente o contrário: a busca pela formação de leitores não deve estar comprometida apenas com a formação do sujeito, para que ele se torne pleno e apto a participar desses processos, cada vez mais comum na nossa sociedade.

Na verdade, reivindicamos que as crianças possam ter acesso a processos que as estimulem a serem tratadas como crianças, que aprendam de forma leve, lúdica e prazerosa. Acredita-se que crianças que crescem ouvindo histórias, tendem a ter mais vocabulário, melhora sua comunicação oral, educa a sua atenção, pois aprende a ouvir de forma atenta e ativa e, segundo Betty Coelho (1999, p.26) “aprende a procurar nos livros novas histórias para seu entretenimento”.

Abramovich (1997) destaca que aprender ouvindo histórias ajuda na formação de um bom leitor e contribui, de forma significativa, na descoberta e compreensão do mundo por parte das crianças. Segundo ela, por meio da contação de histórias, os alunos são convidados a descobrirem outros lugares, tempos, jeitos de agir e de ser. Por meio dessas histórias, são despertados a conhecerem diversas disciplinas sem nem precisarem saber o nome ou para que elas servem, apenas aprendem.

Com a contação de história, os futuros leitores trabalham sua oralidade, espontaneidade, socialização e gestos motores. São grandes os ganhos que as crianças podem ter por meio das histórias. Sem mencionar que, através da mediação do professor, elas podem desenvolver de forma muito mais plena os seus sentidos, tocar, sentir, ouvir, sonhar. Segundo Freire (2005), “a leitura de mundo precede a leitura da palavra, ou seja, o ser humano é capaz de fazer interpretações das situações cotidianas antes mesmo de saber ler”.

O processo de iniciação no mundo da leitura é um ato comum entre quem está mediando e a criança. Aliás, esse processo é criado pela criança, que vivencia suas experiências por meio das histórias ouvidas. Logo, para que a história lhe sirva, tenha significado para ela, é preciso que a história desperte a sua atenção, devendo entretê-la e estimular a sua imaginação (BETTELHEIM, 2009).

### **3. ANÁLISE E AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO**

Neste capítulo, vamos fazer uma análise da experiência adquirida no período do Estágio Supervisionado e avaliar esse momento, destacando que foi a partir dessa vivência que surgiu o problema da pesquisa realizada. O desenvolvimento desta seção foi dividido em dois momentos: o primeiro, dedicado a uma breve caracterização da unidade de ensino e o segundo, em um relato da experiência obtida com o Estágio.

#### **3.1. CARACTERIZAÇÃO DA UNIDADE DE ENSINO**

A pesquisa foi realizada na Escola Municipal Carrossel Encantado, situada na Rua Presidente Dutra, n. 114, bairro da Paz, na cidade do Salvador – Bahia. Os sujeitos envolvidos foram o professor regente e uma das turmas da Educação Infantil. A ampla maioria dos alunos da turma na qual atuei como estagiária, estava na faixa etária dos cinco anos, idade ideal para o início do processo de alfabetização/letramento.

A unidade que fizemos o Estágio fica localizada em um bairro pobre da cidade e marcada por muitos problemas e contrastes sociais que, de forma direta, acabam interferindo nas dinâmicas escolares. A unidade passou por uma ampla reforma aproximadamente há uns dez anos, sendo que, em 2011, ela foi devolvida para sua comunidade.

A escola é bastante requisitada pela população do bairro, sobretudo por ser uma das poucas unidades de ensino público existentes no bairro. O espaço é composto por quatro (04) salas de aula, cinco (05) banheiros, sendo três (03) infantis e dois (02) exclusivos para os funcionários e visitantes. A escola dispõe ainda de um (01) vestiário com oito (8) chuveiros, uma (01) cozinha, um (01) refeitório, uma (01) sala de artes, uma (01) sala de coordenação com banheiro exclusivo, uma (01) sala de professores, dois (02) depósitos, sendo um (01) para armazenamento de materiais didáticos e pedagógicos e o outro para guarda dos materiais de limpeza e duas (02) áreas para recreação.

Nas quatro (04) salas de aulas existentes, cada grupo tem em média 25 pessoas. O grupo 2 tinha vinte e cinco crianças e contava com uma professora e duas auxiliares. O grupo 3 era formado por vinte e quatro crianças, uma professora e uma auxiliar, o grupo 4 era composto por vinte e cinco crianças, com uma professora e uma auxiliar e o grupo 5 possui vinte e cinco crianças em sala de aula, uma professora e uma auxiliar.

Além dos professores regentes e dos auxiliares pedagógicos, a escola contava ainda com um Coordenador da Educação Infantil, uma Pedagoga que atuava nesta coordenação, uma nutricionista que era responsável pelo cardápio da escola, um psicólogo exclusivo para tratar das demandas dos alunos, um cozinheiro, dois auxiliares de cozinha. A escola também dispunha de um auxiliar de serviços gerais, sendo que as famílias também apoiavam a escola nos serviços de limpeza como atividade voluntária.

Para dar suporte às atividades realizadas fora da sala de aula, a escola contava com três professores responsáveis por ministrarem aulas extracurriculares. A escola oferecia aulas de música, dança e capoeira como atividades complementares, sendo que essas aulas ocorriam uma vez por semana e tinham duração de trinta minutos por grupo.

Todos os alunos tinham direito a quatro (04) refeições diárias: café da manhã, almoço, lanche da tarde e lanche da saída, exceção para o grupo 2, pois eles tinham direito a cinco refeições. A esse grupo era oferecido também um lanche da manhã.

### 3.2. RELATO DE EXPERIÊNCIA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Como instrumentos de pesquisa, além da observação sistemática, também foram realizadas coletas de dados primários, mediante a aplicação de questionários junto às professoras que atuavam na escola. Essa estratégia de coleta de dados com as professoras foi muito útil para a verificação de alguns dos itens mencionados, como os objetivos específicos desta pesquisa, além de contribuir para a minha compreensão da importância da contação de histórias como estratégia de ensino-aprendizagem na Educação Infantil, de acordo com o cotidiano em sala de aula observado.

Segundo Gil (2008), a observação sistemática é frequentemente utilizada em pesquisas cujo

[...] objetivo é realizar descrição precisa dos fenômenos ou do teste de hipótese. Em pesquisas dessa natureza o pesquisador sabe quais os aspectos da comunidade ou grupos que são significativos para alcançar os objetivos pretendidos (Gil, 2008, p.104)

Essa técnica foi muito útil na pesquisa, pois nos permitiu realizar as observações de forma muito mais fundamentada, tendo em vista que uma das finalidades era conhecer e verificar como aquela unidade escolar adotava, se é que adotava, a prática pedagógica de contação de história no seu processo de introdução das crianças da Educação Infantil ao mundo das letras.

Durante a realização do Estágio, fomos orientada pela professora de Estágio a elaborar um plano de observação que favorecesse e deixasse a pesquisa mais fluida e organizada. Esse plano serviu também para facilitar as observações, os seus registros e toda avaliação e interação que foram realizadas durante o período de Estágio.

As observações realizadas na unidade escolar durante o Estágio foram fundamentais para o processo da pesquisa, inclusive este contato foi muito positivo no processo de formação da pedagoga. Afinal, o contato com a escola foi, de fato, uma mudança de rumo, pois a teoria pode ser confrontada com a prática da vivência escolar.

No período do Estágio, muitas foram as descobertas, algumas não tão positivas do ponto de vista da vivência, contudo também importantes para sabermos como as coisas se sucedem na prática cotidiana das escolas. Vários são os pontos que observamos e que pudemos tirar boas lições e aprendizados, desde a relação dos professores com os alunos, dos professores com os auxiliares e com seus coordenadores pedagógicos, até mesmo a

relação dos alunos e dos seus pais e demais familiares com todos os funcionários da unidade escolar. Podemos assegurar que alguns momentos foram inquietantes e bastante provocadores.

Do ponto de vista da contação de história, percebemos que essa unidade escolar era muito atuante neste quesito, todas as turmas da Educação Infantil adotavam essa prática, inclusive a maioria dos professores da unidade eram excelentes contadores de história, sendo que todos, sem exceção, tinham um “dom” quase que artístico para a narração. Isso fez uma profunda diferença no meu interesse pelo tema, posso afirmar que ele foi decisivo para a escolha do tema desta pesquisa.

Foi nesta unidade, e decorrente desta experiência de Estágio, que tive a certeza de que queria trabalhar com a Educação Infantil e, mais ainda, foi ali, naquele exato momento, que tive a certeza de que eu, mais que uma aspirante à professora, era uma contadora de história. O Estágio me fez perceber, assim, que foi ele o responsável por ter “nascido” ali a contadora de história que já havia em mim e eu não sabia.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa surgiu a partir de uma inquietação que faz parte da história da maioria dos profissionais da educação, sobretudo, os pedagogos. Como podemos contribuir para a redução das taxas de analfabetismo e para formar um país de pessoas que gostem mais dos livros e de leitura?

Diante deste imenso desafio, sabíamos que não teríamos muita sorte se não fizéssemos um recorte mais preciso e factível para a realização da pesquisa. Nesse sentido, e apoiado nas experiências adquiridas no Estágio Supervisionado, surgiu mais que a vontade, uma verdadeira necessidade de pesquisar como a contação de história poderia ser utilizada para despertar o gosto e o interesse pela leitura dos alunos da Educação Infantil.

De uma coisa já desconfiávamos, tanto que era um dos pressupostos da pesquisa. O hábito pela leitura deveria ser cultivado na mais tenra idade, e isso ficou comprovado na pesquisa, tanto pela revisão bibliográfica realizada, bem como pela experiência concreta observada na escola no período do Estágio. Ficou evidente que, mesmo proporcionando um ambiente favorável e com professores dedicados e bem qualificados na arte de contar história, isso não era o suficiente, pois o processo de letramento e o interesse pela leitura não ocorrem apenas nas dependências da escola.

Para que um leitor nasça, é preciso que a escola e a família caminhem em sintonia, pois não pareceu ser suficiente apenas a atividade de contação de história na escola, porque o despertar para a leitura e para o universo lúdico e mágico das letras, devem ser levado para fora das paredes da escola. Contudo, na experiência que tivemos na escola situada no Bairro da Paz, um dos bairros com altos índices de violência, pobreza e privação dos serviços públicos essenciais para sobrevivência das pessoas que lá residem, não nos pareceu que a leitura era “item” que ganharia destaque e relevância nos lares daquelas crianças.

Apesar dessa constatação, não se pode negar que, quando as rodas de contação eram formadas na escola, o interesse era imediato. O clima era de total encantamento e atraía verdadeiramente o interesse das crianças. Aquele momento era realmente mágico para eles. Não é exagero que esses momentos causavam fascínio até mesmo nos adultos, assevero que muitas vezes me peguei presa às narrativas, totalmente envolvida.

De acordo ao trabalho exposto, acredito que os objetivos foram alcançados. O processo de contação de histórias na Educação Infantil contribui de forma decisiva para o letramento das crianças das fases pré-mágica e mágica, além de despertar nelas o interesse pelos livros e, conseqüentemente, pela leitura. Mas que isso, a contação de história causa verdadeiro fascínio e encantamento.

O despertar para a leitura ficou comprovado não apenas pela verificação nas rodas de leitura presenciadas na escola durante o período do Estágio, mas sobretudo pela pesquisa realizada para realização deste trabalho.

Contudo, nesta conclusão cabe uma advertência. O processo de contação de história, quando ofertado em unidades de ensino localizadas em comunidades pobres, deve ser associado à criação de espaços de leitura nestes mesmos bairros, com a implantação de pontos de leitura e cultura, ou mesmo com a construção de bibliotecas públicas voltadas para o público infantil. Outra política pública imprescindível deve ser o acesso ao letramento tardio (curso de alfabetização) para os pais dessas crianças, pois segundo relatos que não foi possível verificar, muitos desses pais não são alfabetizados.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVICH, Fanny. **Literatura Infantil: gostosuras e bobices**. 5ªed. São Paulo: Scipione, 2006.
- ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.
- ARROYO, Miguel. **Ofício de Mestre. Imagens e autoimagens**. 15ª edição. RJ: Vozes, 2013.
- BELLONI, M.L. **O que é sociologia da infância**. Campinas: Autores Associados, 2009.
- BOMURA Maciel, Lizete Shizue; Shigunov Neto, Alexandre **A educação brasileira no período pombalino: uma análise histórica das reformas pombalinas do ensino Educação e Pesquisa**, vol. 32, núm. 3, setembro-dezembro, 2006, pp. 465-476 Universidade de São Paulo. São Paulo, Brasil.
- BRASIL. **Lei n.9394, Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Editora do Brasil. 1996.
- BUSATTO, Cleomari. **A Arte de Contar Histórias no século XXI**. Rio de Janeiro, Editora Vozes, 2006.
- CARDOSO, Ana Lúcia Sanches; FARIA, Moacir Alves de. **A Contação de Histórias no Desenvolvimento da Educação Infantil**. FAC/São Roque, 2009.
- COELHO, Betty. **Contar Histórias: uma arte sem idade**. São Paulo: Ática, 1999.
- DOHME, Vania D'Angelo. **Técnicas de contar histórias: um guia para desenvolver as suas habilidades e obter sucesso na apresentação de uma história**. Petrópolis, R.J.: Vozes, 2010.
- FLECK, Ludwig. **Gênese e desenvolvimento de um fato científico: introdução à doutrina do estilo de pensamento e do coletivo de pensamento**. Belo Horizonte: Fabrefactum Editora, 2010.
- FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**. 47ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- GADOTTI, Moacir. **Desafios para a era do conhecimento**. Viver Mente & Cérebro. Coleção Memória da Pedagogia, n. 5, p. 6-15, 2006 Tradução. Acesso em: 10 jun. 2022.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008.
- HEYWOOD, Colin. **Uma história da infância: da Idade Média à época contemporânea no Ocidente**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

- HOBBSAWM, E. J. **Da Revolução Industrial inglesa ao imperialismo**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- LIBÂNEO, J. C. **Adeus professores. Adeus Professoras? novas exigências educacionais e profissão docente**. 9. ed. São Paulo, 2006.
- MARTINS, Daniele Pavan. **A contação de histórias como recurso facilitador do desenvolvimento do juízo moral de crianças da educação infantil**, Bauru-São Paulo. 2016. Dissertação (Mestrado em Docência para Educação Básica) – Universidade Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP).
- NÓVOA, Antônio. Prefácio. In: MONARCHA, Carlos (Org.) **História da educação brasileira: formação do campo**. Ijuí: UNIJUÍ, 1999.
- ROMANELLI, Otaíza de O. **História da educação no Brasil (1930/1973)**. 8ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1986.
- SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**– Campinas SP: Autores associados, 2007.
- SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico - crítica primeiras aproximações**. – 9ª ed. Campinas SP: Autores associados, 2000.
- SCHERMACK, Keila de Quadros. **A contação de histórias na era digital: uma estratégia à formação de leitores**. In: SISTO, Celso. (Org.). **A contação de histórias na era digital: uma estratégia à formação de leitores**. 10ed. Passo Fundo: UPF Editora, 2013.
- SISTO, Celso. **Textos e pretextos sobre a arte de contar histórias**. Positivo. 2 Ed. Curitiba. 2004.
- VASCONCELLOS, Celso dos S. **Formação didática do educador contemporâneo: desafios e perspectivas**. In: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. Prograd. Caderno de Formação: formação de professores didática geral. São Paulo: Cortez, 2011.
- WESCHENFERDER, Eládio; Vilmar; BURLAMAQUE, Fabiane Verardi. **Contar histórias: vozes contagiantes da narrativa presencial**. In: Questões de literatura para jovens. Passo Fundo: UPF, 2005.